

CORREIO PAULISTANO

Fabio Jr. | CMSP



Acordo teve presença de Ricardo Teixeira (UNIÃO)

Câmara Municipal firma convênio com a Defensoria

A Câmara Municipal de São Paulo assinou um convênio com a Defensoria Pública do Estado para instalar um posto de atendimento jurídico gratuito dentro da sede do Legislativo paulistano. A iniciativa prevê a oferta de orientação jurídica à população de baixa renda, além da realização de palestras, cursos e ações de educação em direitos. Segundo as instituições, o objetivo é ampliar o acesso da população aos serviços de assistência jurídica e facilitar o encaminhamento de demandas apresentadas por moradores aos gabinetes parlamentares. O posto funcionará no primeiro andar da Câmara, de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h, embora a data de início dos atendimentos ainda não tenha sido divulgada.

Orientação jurídica à população

A Defensoria Pública presta assistência jurídica gratuita a pessoas que não têm condições de arcar com os custos de um advogado, atuando em orientações, ações judiciais, mediações e conciliações. A instituição também desenvolve atividades voltadas à promoção de direitos e cidadania. O acordo foi formalizado na última semana com a participação de representantes da Câmara Municipal e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Divulgação/Governo de SP



Relatório de autoria foi enviado à Câmara na segunda(1º)

TCM faz alertas à Prefeitura sobre LDO

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) recomendou uma série de aperfeiçoamentos à Prefeitura durante a análise do Projeto de Lei nº 299/2026, que estabelece as diretrizes para elaboração do orçamento municipal de 2027. As recomendações constam em relatório de auditoria realizado entre 15 de abril e 22 de maio deste ano e encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal nesta segunda-feira (1º). Entre os principais apontamentos estão a criação de ferramentas digitais para ampliar a participação popular.

Tribunal quer mais participação popular

O povo poderia ajudar na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na efetiva implantação do Conselho de Representantes e na adoção de critérios para quantificar riscos de frustração de receitas. O órgão também recomendou maior transparência sobre despesas contingenciadas em caso de queda na arrecadação e sugeriu que os limites para abertura de créditos na LOA.

Metrô I

Quem mora nas regiões que serão atendidas pela linha 6-Laranja do Metrô, pode passar a utilizá-la antes do esperado. O Governador de SP, Tarcísio de Freitas, disse nesta segunda-feira (1) em entrevista para o programa Pânico na Jovem Pan, que o trecho inicial será de Perdizes até a estação João Paulo I.

Metrô II

Isso significa que serão seis estações liberadas nas próximas semanas, no total abertas nesta primeira etapa, sendo elas Perdizes, SES-C-Pompéia, Água Branca, Santa Marina, Freguesia do Ó e João Paulo I. Essa última tem previsto um terminal de ônibus integrado, com conexão com outras linhas.

Propriedade

A Prefeitura de SP entregou no último sábado (30) 3.377 títulos definitivos de propriedade a moradores de Heliópolis, na Zona Sul. A ação faz parte do programa Escritura na Mão e ocorreu durante a Semana Solo Seguro Favela e Comunidades 2026, voltada à regularização fundiária e segurança jurídica para famílias.

Residências

O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB) entregou, nesta segunda-feira (1º), 131 unidades habitacionais no bairro de Campos Elíseos, na região central. O condomínio recebeu investimento de R\$ 26,1 milhões e tem uma única torre de 16 andares, com apartamentos de 47m² a 48m². O local tem área de lazer coberta e quadra de areia.

Monumentos

São Paulo terá iluminação especial em verde e amarelo durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026. A ação da Prefeitura, coordenada pela SP Regula, vai iluminar pontos turísticos e espaços públicos, como o Edifício Matarazzo, o Viaduto do Chá, o Obelisco do Ibirapuera e a Ponte Estaiada.

Influenciadora

A influenciadora e artista americana Jerry Gogosian, de 40 anos, foi encontrada morta em um quarto do hotel Rosewood São Paulo, na capital paulista. O caso ocorreu no domingo (31) e foi confirmado pelo hotel, que afirmou colaborar com as autoridades. As causas da morte da influenciadora serão investigadas.



Debate será conduzido pela CCJ do legislativo paulistano

Vereadores falam de mudanças em regras do Psu

Audiência pública vai debater fiscalização de ruídos e punições

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo realiza nesta terça-feira (2) uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei (PL) 403/2026, que propõe alterações nas regras de fiscalização da perturbação do sossego e do controle de ruídos na capital paulista.

O debate será conduzido pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) e integra a tramitação da proposta enviada pela Prefeitura à Câmara. O projeto altera dispositivos da Lei de Zoneamento (Lei nº 16.402/2016) e da legislação que trata do funcionamento de atividades exercidas por microempreendedores individuais (MEIs).

Segundo o texto em análise, a intenção é modificar procedimentos relacionados à fiscalização de poluição sonora e à aplicação de penalidades em casos de descumprimento das normas municipais. A proposta prevê mudanças em regras que envolvem estabelecimentos comerciais, imóveis residenciais e obras da construção civil.

Entre os pontos incluídos no projeto apresentado está a criação de mecanismos para que a primeira atuação dos agentes de fiscalização tenha caráter orientador em determinadas situações. O texto também estabelece parâmetros específicos para ruídos produzidos por obras e amplia o alcance das normas de controle sonoro para ocorrências registradas em imóveis residenciais.

A proposta ainda prevê situações excepcionais envolvendo instituições de ensino, considerando a natureza dos serviços prestados. De acordo com a justificativa encaminhada pelo Executivo, as alterações buscam tornar mais claros os procedimentos de fiscalização e adequar a aplicação de sanções.

O tema já vinha sendo discutido em outras comissões da Câmara Municipal ao longo deste ano. No mês de março, a Comissão de Política Urbana analisou projetos relacionados à perturbação do sossego e às regras de reincidência para infrações ligadas ao excesso de ruído.

A audiência desta terça (2) faz parte das etapas de participação pública previstas durante a tramitação do projeto. Moradores, representantes de entidades e demais interessados poderão acompanhar a discussão presencialmente ou por canais digitais disponibilizados pela Câmara. As contribuições apresentadas durante o debate poderão ser consideradas pelos vereadores antes da votação da proposta em plenário.

Após a realização das audiências públicas e da análise pelas comissões temáticas da Câmara, o projeto seguirá para apreciação dos vereadores. Para entrar em vigor, a proposta apresentada ainda precisará ser aprovada pelo Legislativo municipal e sancionada pelo prefeito Ricardo Nunes.